O GLOBO
Publicado em 01/12/2022 - 05:57

PT admite rever prazo e impacto fiscal da proposta

PT já admite impacto fiscal menor para 'PEC da Transição'

Bolsa Família pode acabar ficando fora do teto por 2 anos, não mais quatro. Gastos ficariam abaixo dos R$ 198 bi previstos

NATÁLIA PORTINARI, FERNANDA TRISOTTO, MANOEL VENTURA, BRUNO GÓES E JENIFFER GULARTE
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A desidratação da "PEC da Transição", proposta de emenda à Constituição para viabilizar o cumprimento das promessas de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, já começou. O PT admitiu ontem reduzir tanto o prazo em que o Bolsa Família ficará fora do teto de gastos como o impacto fiscal da PEC. Ao mesmo tempo, integrantes do grupo de trabalho de economia da transição reforçam que é possível aumentar os gastos entre R$ 135 bilhões e R$ 150 bilhões sem alterar a relação significativa do endividamento do país, enquanto Fernando Haddad acena com nova âncora fiscal para o Brasil.

O líder do PT, Paulo Rocha (PA), disse ao GLOBO ontem que o partido está disposto a negociar o texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado:

— Vamos deixar a CCJ como espaço de negociação. Aceitamos diminuir o prazo e o valor.

A "PEC da Transição" prevê um impacto fiscal de R$ 198 bilhões e retira o Bolsa Família (de R$ 175 bilhões) e R$ 23 bilhões em investimentos do teto de gastos por quatro anos, pontos que enfrentam resistência no Congresso. A previsão é que o texto seja votado no plenário do Senado na semana que vem.

SOLUÇÃO 'NEUTRA'

Com relação ao impacto fiscal, o ex-ministro Nelson Barbosa, que integra o grupo de economia da equipe de transição, afirmou ontem que a arrecadação de impostos pode crescer mais em 2023, em relação à estimativa constante da atual proposta de Orçamento.

Segundo o economista, com isso o resultado das contas públicas do ano que vem seria melhor que o previsto, o que ajuda no discurso a favor da "PEC da Transição".

— Então o resultado primário do ano que vem tende a ser melhor (do que previsões do mercado financeiro). Ajuda não só o governo eleito, mas o Brasil inteiro — afirmou Barbosa.

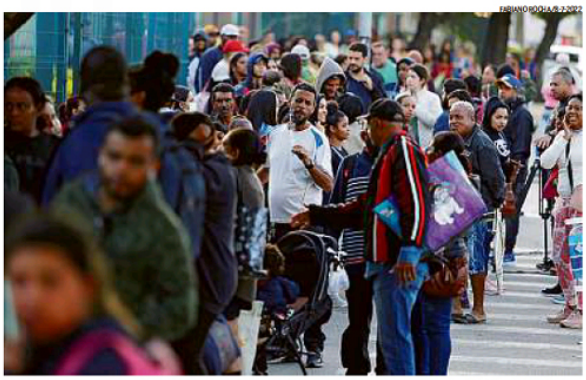
O resultado primário é a expressão técnica para o resultado das contas públicas (a diferença entre despesas e receitas).

— Tem espaço para aumentar a receita com expectativa de arrecadação, seja de renda de *commodities*, seja de outros tributos que estão previstos no PLOA (proposta de orçamento), que estão subestimados. Mas isso é uma tarefa do governo em exercício com o Congresso Nacional — disse Barbosa.

Na semana passada, ele já havia dito que, na prática, ampliar os gastos em R$ 136 bilhões em 2023 não representaria uma expansão fiscal.

No grupo de economistas da transição, fala-se em um valor entre R$ 135 bilhões e R$ 150 bilhões fora do teto. Segundo a colunista do GLOBO Míriam Leitão, esses números foram mencionados na reunião de sete horas entre os quatro economistas do grupo — Persio Arida, Nelson Barbosa, André Lara Resende e Guilherme Mello — e Lula.

Esse número diz respeito ao gasto em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) — previsto em 19% este ano. O resultado do terceiro trimestre, que será divulgado hoje, seria uma referência para esse valor.



FERNANDO BORGIA 8.2.2022

Na fila. O pagamento de um Bolsa Família, o novo nome do Auxílio Brasil, de R$ 600 é o principal objetivo da PEC

NOVA ÂNCORA

Favorito para comandar o Ministério da Fazenda, Haddad também saiu ontem em defesa da PEC, afirmando que ela é importante para que o governo eleito ganhe tempo. Segundo o ex-ministro, uma nova âncora fiscal para substituir o teto de gastos só será elaborada posteriormente, quando o governo der prosseguimento também à reforma tributária.

Em um primeiro momento, disse Haddad, o mais importante seria o governo ganhar uma folga para pagar o Bolsa Família de R$ 600:

— Não está sendo desenhado isso, o que a gente chama de arcabouço fiscal. Não está sendo desenhado agora porque é muito pouco tempo a tramitação da PEC para fazer uma substituição. A PEC é justamente para ganhar o tempo necessário, fazer a reforma tributária e encaminhar um novo arcabouço fiscal.

Haddad, que deixou Brasília ontem e voltou para São Paulo, disse que trabalha com a perspectiva de aprovar a reforma tributária em 2023:

— Como estamos justamente ganhando, com a "PEC de Transição", o tempo necessário para abrir uma discussão com a sociedade, temos uma perspectiva boa de aprovar a reforma tributária no ano que vem. O ideal é que, com a reforma tributária, paralelamente a gente remeta para o Congresso um novo arcabouço fiscal.

APOIOS COMEÇAM A SURGIR

A bancada do Progressistas no Senado informou em nota que concorda com a aprovação da "PEC da Transição" com duração de um ano e garantia de ampliação do Bolsa Família para R$ 600, além do aumento do salário mínimo. O partido disse ainda que aceita discutir o adicional de R$ 150 por criança até 6 anos. Ainda assim, dirigentes do partido admitem, reservadamente, que é possível chegar a um meio termo em relação à proposta do PT, negociando um valor e um prazo intermediários.

O posicionamento da bancada foi anunciado um dia após o PT declarar apoio à reeleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara.

Parte deste apoio, contudo, não é em vão. Em votação ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), apenas dois deputados — do PSOL e do PSB — foram a favor da extinção das emendas de relator em 2023. O PT, que defendia o fim dessa moeda de troca, não se manifestou.

O deputado Enio Verri (PT-PR), presente à sessão, disse não ver incoerência. Segundo ele, o PT ainda é contrário ao orçamento secreto, mas defende propor o fim dessas emendas após a posse, não durante a transição:

— Nós não temos como, agora, mexer numa coisa que é tão sensível.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.